continuação

(a) - Empréstimos: Corresponde a empréstimos concedidos a outras unidades pertencentes à Pró-Saúde Associação Beneficentes de Assistência Social e Hospitalar, sem a cobrança de encargos e prazo para devolução. **(b) - Serviços Corporativos Compartilhados:** Refere-se aos valores a repassar à Sede Administrativa da Pró-Saúde Associação Beneficentes de Assistência Social e Hospitalar, pela contraprestação de serviços relativo ao apoio técnico especializado, administração e processamento de informações, denominado de custo corporativo compartilhado.

8. Imobilizado, Intangível e Subvenções a Realizar

a) Composição

	2.014		
Itens	**Custo**	**Depreciação/ amortização acumulada**	**Líquido**
Imobilizado			
Equipamentos Telefônicos	11.671	(453)	11.218
Equipamentos de Infraestrutura	80.394	-	80.394
Maquinas e Equipamentos de informática	288.652	(26.001)	262.651
Maquinas e Equipamentos Hospitalares	55.672	(5.205)	50.467
Móveis e Utensílios de Escritório	113.167	(4.216)	108.951
Móveis e Utensílios Hospitalares	375.813	(9.561)	366.253
	925.369	(45.435)	879.934
Intangível			
Direitos de uso de software	768.917	(13.920)	754.997
	768.917	**(13.920)**	**754.997**

b) Movimentação: Não houve baixas durante o período de 2.014, portanto, os valores mencionados acima na coluna do custo correspondem às adições ocorridas no período.

c) Taxas de depreciação e amortização: As taxas de depreciação e amortização praticadas são:

Descrição	Taxa ao ano
Equipamentos de informática	20,0%
Máquinas e equipamentos hospitalares	10,0%
Móveis e utensílios	10,0%
Direitos de uso de software	20,0%

9. Fornecedores

Descrição	2.014
Materiais e medicamentos	707.306
Serviços de terceiros pessoa jurídica	620.420
Imobilizado	3.628
	1.331.354

10. Honorários Médicos: Os honorários médicos a pagar estão registrados pelo valor de liquidação das obrigações e apresentam a seguinte composição:

Descrição	2.014
Honorários médicos pessoa jurídica	496.214
	496.214

11. Obrigações Sociais e Trabalhistas

Descrição	2.014
Salários e ordenados	525.325
FGTS	67.343
INSS	52.707
Provisão de Férias e encargos	595.090
Outras	16.061
	1.256.526

12. Receita Diferida: Corresponde aos valores pactuados com a Secretária Executiva de Saúde Pública do Estado do Pará, para utilização no custeio mensal da unidade e Investimento.

Descrição	2.014
Subvenção para custeio	9.000.000
Subvenção para investimento	1.189.404
	10.189.404

13. Provisão para Descontinuidade de Contrato: Os valores provisionados a título de descontinuidade das atividades correspondem à multa rescisória do FGTS de 50% sobre o valor dos depósitos nas contas vinculadas, mediante a previsão de rescisão de contrato de trabalho no encerramento do contrato de gestão. Esses custos incorridos são parte integrante dos orçamentos, reconhecidos mediante provisão e distribuídos ao longo dos períodos do contrato de gestão pactuado. A movimentação da provisão no período foi a seguinte:

Descrição	2.014
Saldo inicial	-
Adições (Nota 16 - despesa com pessoal)	362.623
Baixas por rescisões de contratos	(2.191)
Saldo final	**360.431**

14. Provisão para Contingências: Em 31 de dezembro de 2014, baseado na opinião de seus assessores jurídicos, a Entidade não possui nenhum processo com probabilidade de perda provável ou possível em trâmite na justiça. **15. Receitas com Subvenções - Custeio:** As receitas com subvenções - custeio, correspondem ao contrato de gestão pactuado com a Secretaria Executiva de Saúde Pública do Estado do Pará. Os valores são relativos à cobertura dos gastos de custeio dos respectivos objetos contratados e em 31 de dezembro de 2.014 montam a R$ 20.434.880.

16. Despesas com Pessoal

Descrição	2.014
Salários e ordenados	(4.277.855)
Horas extras e adicionais	(225.972)
Décimo terceiro salário	(438.802)
Cesta Básica/Refeição	(2.487)
Vale transporte	(192.545)
Insalubridade	(232.818)
Férias	(669.044)
FGTS	(475.101)
Provisão para descontinuidade - Multa rescisória FGTS	(362.623)
Contribuição Patronal ao INSS	(1.446.621)
Isenção da Contribuição Patronal ao INSS	1.446.621
PIS	(58.313)
Outras	(202.994)
	(7.138.554)

17. Serviços de Terceiros

Descrição	2.014
Serviços médicos de terceiros	(4.385.760)
Serviços de terceiros pessoa jurídica	(2.048.144)
	(6.433.904)

18. Custos Corporativos Compartilhados: Refere-se ao custo corporativo compartilhado da Sede Administrativa, relativo ao apoio técnico especializado, administração e processamento de informações da unidade hospitalar.

19. Drogas Materiais e Medicamentos

Descrição	2.014
Medicamentos	(772.071)
Dietas enteral e parenteral	(91.238)
Órtese e prótese	(127.296)
Materiais de uso do paciente	(555.100)
Gases medicinais	(43.713)
Gêneros alimentícios	(284.865)
Materiais de limpeza e lavanderia	(219.394)
Impressos e materiais de Expediente	(142.324)
Filmes Radiológicos	(8.788)
Materiais de conservação, reparos e consumo diversos	(181.881)
	(2.426.670)

20. Instrumentos Financeiros: Os instrumentos financeiros que a Entidade possui são classificados da seguinte forma:

Descrição	2.014
Ativos	
Valor justo por meio do resultado	
Caixa e equivalentes de caixa	2.223.816
Recebíveis	
Contas a receber	8.013.619
Partes Relacionadas	2.990.785
Total	**13.228.220**
Passivos	
Pelo custo amortizado	
Fornecedores	1.331.354
Honorários médicos	496.214
Total	**1.827.568**

Risco de liquidez

O principal risco financeiro considerado pela Administração da Entidade é o risco de liquidez, onde a Entidade possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista e depende da realização financeira do Contrato de Gestão. A Entidade trabalha alinhando a disponibilidade e a geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados. **21. INSS Cota Patronal: (a) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social:** Em 25 de setembro de 2.014, foi publicada no Diário Oficial da União a renovação do CEBAS (Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social) da Pró-Saúde, relativo ao triênio 2.010 a 2.012. Em 28 de junho 2.012, a entidade protocolou o pedido de renovação do CEBAS (Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social) no Ministério da Saúde, relativo ao triênio 2.013 a 2.015, em cumprimento ao art. 34 da Lei 12.101/09, sendo que ainda não foi julgado até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras. O CEBAS esteve válido durante todo o exercício de 2.014 por determinação do art. 3º, § 3º, do Decreto n. 2.536/98, revogado pelo Decreto 7.237/10, que previu: "Art. 8º. O protocolo dos requerimentos de renovação servirá como prova da certificação até o julgamento do processo pelo Ministério competente." A Pró-Saúde atende os requisitos constitucionais e legais referentes à concessão e renovação do CEBAS, o que lhe reconhece a imunidade em relação a impostos. **(b) Apresentação da cota patronal:** A cota patronal está demonstrada em contas de Despesas no grupo de "Ordenados e Encargos" e a respectiva isenção em conta retificadora do mesmo grupo, não afetando o resultado do exercício. **(c) Ganhos ou perdas e riscos potenciais:** A cota patronal do INSS registrada em contas de resultado não potencializa qualquer ganho ou perda, excetuando-se a desoneração da contribuição de seus custos e despesas operacionais que lhe atribui maior eficiência no desenvolvimento de suas atividades. **22. Contribuições Sociais Usufruídas:** Para fim único e exclusivo de divulgação, as contribuições sociais usufruídas foram:

Descrição	2.014
Contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS)	630.002
Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)	173.389
	803.391

23. Pacientes Atendidos: A entidade prestou serviços apenas ao S.U.S. (Sistema Único de Saúde), atendendo assim a Lei 12.101/09 que determina o percentual mínimo de atendimento a pacientes S.U.S em 60%, para fins de gratuidade.

Dom Eurico dos Santos Veloso - Presidente
Carlos Giraldes - Diretor Financeiro da Pró-Saúde
Paulo Czrnhak
Diretor Geral do Hospital - CPF: 434.447.500-30
Saulo Mengarda
Diretor Financeiro do Hospital - CPF: 051.935.519-98
Marcia Tereza Corrêa Neri
Contador do Hospital - CRC PA-011076-06
Aluízio Soares do Santos
Contador geral - CRC 1SP-114.522/03-"S" PA

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores **Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Público Estadual Galileu - Belém/PA.** Examinamos as demonstrações financeiras **da Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Público Estadual Galileu - Belém/PA**, que compreende o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 14 de fevereiro a 31 de dezembro de 2014, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras:** A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude e erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causadas por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Empresa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Empresa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva. **Opinião sem ressalva:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Público Estadual Galileu - Belém/PA** em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 14 de fevereiro a 31 de dezembro de 2014, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Belém, 05 de março de 2.015.

LM Auditores Associados
CRC 2SP018.611/O-8

Mauricio Diácoli
CRC 1SP129.562/O-5 "S" - PA

Protocolo 828364